

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

NEOLIBERALISMO, CRISE E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O NOVO ENSINO MÉDIO COMO PROBLEMA

Juliana Almeida Matos¹

Eixo temático: Políticas Educacionais e Políticas Curriculares

O presente texto tem como objetivo refletir sobre a promulgação da Lei nº 13.415/2017, responsável por reformar o Ensino Médio no Brasil, a partir das dinâmicas socioeconômicas estabelecidas pelas sucessivas crises vivenciadas pelo sistema de capital. Compreende-se, desta forma, que a reforma do novo ensino médio se constitui como importante ferramenta para adequação das políticas educacionais brasileiras às novas exigências do mundo do trabalho e da administração do dinheiro público.

A recente implementação da Lei nº 13.415/2017, que regulamentou a reforma do Ensino Médio, tem exigido ampliar ainda mais as reflexões acerca da práxis educativa, sobre o sentido da escola para o jovem inserido nesta etapa de ensino e, de modo mais amplo, sobre a própria função social que a escola de nível médio passa a assumir neste momento.

Compreender efetivamente o conteúdo da reforma mencionada nos exige investigar brevemente as recorrentes crises vividas pelo sistema de capital, sobretudo aquelas que se consolidaram a partir das três últimas décadas do século passado. De lá para cá, observamos investidas significativas na contenção ou precarização de políticas sociais, na defesa de reestruturações no campo educacional com vistas a ajustar as políticas educacionais brasileiras as novas exigências do mundo do trabalho, garantindo, assim, a consolidação de novos projetos societários, ainda mais afinados aos intentos do capitalismo.

Desse modo, o objetivo desta breve investigação consiste em buscar identificar as relações existentes entre as crises mais recentes do capital, a expropriação dos direitos da classe trabalhadora brasileira e a reforma do novo ensino médio.

¹ Mestranda em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) – Campus Cascavel. juliana.matos@unioeste.br

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

As metodologias de trabalho elencadas para a consolidação de tais intentos foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Na percepção de Gil (2002), a distinção entre as metodologias mencionadas é tênue, mas pode ser identificada na medida em que a pesquisa documental costuma fazer uso de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Neste sentido, a análise documental aqui proposta contemplou, inicialmente, fontes primárias e/ou publicações oficiais relacionadas a consolidação do Novo Ensino Médio, tais como: a Lei nº 13.415/2017 e a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (2018).

Na sequência, como parte do levantamento bibliográfico, foram consultadas publicações de especialistas em educação que tinham como tema de interesse o contexto de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2018, e as recentes investidas de instituições privadas sobre a elaboração e a direção das políticas educacionais no Brasil. A retomada de clássicos das ciências sociais contribui com a análise dos processos estruturantes que se relacionam ao fenômeno debatido, tais como o avanço do neoliberalismo e a crise e a mundialização do capital.

São amplos os debates que se dedicam a dar conta das possíveis causas das crises atravessadas pelo sistema de capital, sobretudo no que diz respeito ao campo dos estudos marxistas. Neste sentido, adota-se aqui a perspectiva que compreende o conceito de crise como uma dimensão intrínseca ao próprio conceito de capital. Entendendo, portanto, que o estudo de um implica obrigatoriamente o estudo do outro e, ainda, que o capital avança e se aprofunda em função das suas próprias crises (Prado, 2017; Benoit e Antunes, 2016).

Compreende-se, deste modo, a crise como uma manifestação privilegiada das contradições da relação capital/trabalho, como a face negativa da manifestação expansiva do capital, caracterizada, principalmente, pela estagnação e/ou pela retração do processo de acumulação do capital (Grespan, 2012).

Tais reflexões nos interessam, uma vez que possibilitam compreender as reconfigurações sofridas pela dinâmica global de acumulação de riquezas a partir das últimas três décadas do século passado. Como resposta à crise vivenciada neste período, identificamos a consolidação da fase flexível, financeirizada e mundializada do capital, que, na perspectiva de Brettas



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

[...]terá como pressuposto o restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas e, para isso, ampliará o processo de privatizações, da reorganização da produção com vistas a ampliar as bases de extração de mais-valia e da financeirização calcada na dívida pública (Brettas, 2020, p. 230).

Ainda segundo Brettas (2020), é decorrente deste período a instalação do neoliberalismo no Brasil, como forma de enfrentar as contestações ao cenário econômico da época. Neste contexto, o país aderiu a já mencionada política econômica, que estabeleceu firmes compromissos com os interesses da burguesia rentista, na medida em que buscou se tornar um lugar atrativo aos investimentos e ganhos financeiros, além de facilitar a entrada de capitais estrangeiros e reformular a política tributária, criando mecanismos para facilitar renúncias fiscais que permitiram ampliar a distribuição de lucros e desonerar o grande capital.

No que concerne à classe trabalhadora, visualizamos o aumento do desemprego, a intensificação da miséria e da exploração do trabalho, a redução da proteção social e a eliminação ou restrição de direitos sociais. Além disso, Brettas (2020) também nos alerta para a drástica redução de recursos do fundo público² para o financiamento de políticas sociais. Para a autora, compreender as dinâmicas de apropriação do fundo público por parte do sistema de capital é fundamental, pois ele inexistente sem a utilização de recursos públicos e, em certos casos, tais recursos funcionaram, inclusive, como uma espécie de “acumulação primitiva”. Além disso, historicamente, os períodos de crise desse sistema são demarcados pelo acirramento significativo nas disputas pelo fundo público.

Outra importante questão apontada por Brettas (2020) indica que o discurso em torno de uma suposta crise fiscal e de combate à inflação, nos anos 90, tinha, também, como pressuposto, inviabilizar o fluxo de implementação das políticas sociais conforme as previsões da Constituição de 88. Para a autora:

² Behring (2021) compreende o fundo público como “o conjunto de recursos à disposição do Estado para intervir na economia e nas expressões da questão social. A sua forma mais variável é o orçamento, mas não se esgota nele. Envolve também os montantes disponíveis nas empresas e demais instituições governamentais, como o Banco Central” (p.210).

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

O neoliberalismo no Brasil se consolidou como estratégia de dominação da classe burguesa e de seus aliados para responder à crise vivida na década de 1980, a qual teve como resposta um substantivo movimento pela democratização, a retomada da luta sindical e o surgimento de movimentos sociais importantes no campo e na cidade. Deste processo resultou uma nova Constituição Federal, registrando conquistas distributivas expressas, dentre outras formas, na criação de um desenho das políticas sociais que contou com a formulação da seguridade social, uma inovação muito distante do que se tinha estruturado até então (Brettas, 2020, p.231).

Ao lado do fundo público e da manutenção de políticas sociais, a educação e as políticas educacionais se consolidam como os principais campos de tensionamento em contextos de crise. Isto porque, a educação, seus aparatos, políticas, projetos e currículos, historicamente, se alinham aos projetos de sociedade que se deseja conservar ou construir (Tonet, 1998; Mészáros, 2008).

As políticas educacionais, enquanto um conjunto de ações intencionais e determinadas pelo Estado, que objetivam o alcance de metas e índices educacionais, econômicos e políticos específicos e pré-determinados, implicam, assim, na elaboração de estratégias capazes de implementar reformas ou propostas necessárias à reprodução de um determinado modelo social, político e econômico. Logo, as políticas educacionais são processo e produto do contexto histórico no qual são arquitetadas, dos embates, disputas e tensões das forças políticas em jogo.

Nesse sentido, sob a lógica de reconfiguração ou aprofundamento das dinâmicas do sistema de capital, a função hegemônica que se imputa à educação é a de preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, seguindo os moldes da forma de sociabilidade que se almeja reforçar ou construir.

A partir da consolidação das bases neoliberais no Brasil dos anos 90, a força de trabalho necessária deveria ser mais simples, polivalente e multitarefa, sendo principalmente cobrada pelo 'saber-fazer'. Por isso, as diferentes etapas de ensino buscarão formar este novo trabalhador que deverá ser executor de tarefas, com vistas a atender as necessidades do mundo do trabalho na periferia do capitalismo.

A reflexão sobre os alinhamentos efetuados pela economia brasileira às exigências pautadas pelo sistema de capital nas últimas décadas do século passado nos auxiliam a compreender as movimentações político-ideológicas mais recentes, especialmente aquelas travadas a partir de 2016.



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

Isto porque, a efetivação do golpe de Estado que permitiu Michel Temer – na época, filiado ao antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - ocupar a cadeira presidencial buscou consolidar um novo pacto social no país, com vistas a ajustar o Brasil às novas demandas do neoliberalismo.

Em “Uma ponte para o futuro”³, documento que simboliza a agenda política pemedebista, é possível visualizar este novo tratado societário defendido por Temer, seu partido e uma grande fatia da burguesia empresarial brasileira, para quem o aumento da inflação, juros muito altos, a incerteza sobre a evolução da economia, impostos elevados, pressão cambial e retração do investimento privado, emergem como as principais causas da suposta crise fiscal que o país estaria atravessando desde 2014. Para os ideólogos do golpe, tais desequilíbrios teriam uma natureza estrutural e estariam relacionados a forma de funcionamento do Estado brasileiro. Portanto, seria necessário mudar leis e até mesmo normas constitucionais para que a crise fiscal fosse contida e o país se livrasse de um colapso econômico.

Mais uma vez Behring (2021) e Brettas (2020) nos permitem questionar os argumentos dos quais lançam mão o poder hegemônico - neste caso, simbolizado pelos aliados de Michel Temer e do grande capital - para justificar as suas movimentações político-ideológicas, na medida em que sinalizam a existência, no Brasil, de uma controversa narrativa que, desde a metade dos anos 90, tem reproduzido insistentemente o argumento de que o país estaria “quebrado”, vivendo uma crise de Estado, pela qual os “amplos” gastos com políticas sociais seriam os principais responsáveis. Na perspectiva das autoras, a desculpa da crise fiscal se consolida como uma estratégia para embaçar a percepção sobre as crises erigidas pelo próprio capital.

No que diz respeito à educação, novamente, diante de um contexto de crise, as políticas educacionais emergem como ferramentas fundamentais para contenção, adequação e controle da mão

³ Documento lançado durante o Congresso Nacional da Fundação Ulysses Guimarães (FUG), em outubro de 2015. A FUG, instituída pelo PMDB, com a finalidade de atuar como uma ferramenta para a produção de pesquisas científicas, doutrinação e educação políticas para o partido e instituições parceiras, consolida-se como aquilo que conhecemos, em termos gramscianos, como aparelho privado de hegemonia.

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

de obra trabalhadora. Na perspectiva de Frigotto e Ramos (2017), as mudanças empreendidas a partir de 2016 teriam como principal objetivo “restringir a esfera pública e, portanto, os direitos universais básicos” (p.44). De modo mais específico, no que se refere ao campo educacional, Frigotto e Ramos (2017) consideram que o congelamento do investimento público por vinte anos, instaurando um novo regime fiscal desde a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, liquida com a educação pública de nível superior e pauta o ensino médio pela lógica mercantil, deixando terreno aberto para a atuação do mercado privado (op. cit, p.44).

As discussões para elaboração da nova BNCC para o ensino médio são emblemáticas para compreendermos a conjuntura desenhada pós-golpe. Grupos de trabalho capitaneados pelo Ministério da Educação (MEC) se mobilizavam desde meados de 2011 para formular uma proposta para a discussão e construção da Base Nacional Comum (Silva e Alves Neto, 2020). Este trabalho seria finalizado somente em 2018, quando a presidência já vivia o último ano do mandato de Michel Temer e a proposta para reformar o ensino médio já se encontrava deliberada na forma de Lei. As ações e estratégias empreendidas pelo MEC para a elaboração da BNCC foram acompanhadas pela mobilização de setores da sociedade civil organizada, especialmente por aqueles alinhados à iniciativa privada, a exemplo da Fundação Lemann e do ‘Movimento Todos pela Educação’, além da presença de entidades científicas e organizações de professores e pesquisadores, tal qual a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação da Educação (ANPED), como nos apontam Silva e Alves Neto (2020).

Para Silva e Alves Neto (2020), os grupos sociais que ansiavam por uma mudança no âmbito do Ensino Médio, especialmente os do setor privado, a partir da ascensão de Michel Temer ao poder, puderam ampliar o seu protagonismo, aproveitando da instabilidade política instaurada pelo golpe de Estado para apressarem as reformas na educação, sobretudo, a que diz respeito ao Ensino Médio. Tem-se, desta maneira, a rápida articulação para aprovação da Lei já mencionada anteriormente, de nº 13.415/2017, e a manifestação de tensões e disputas ainda mais acirradas para a elaboração da BNCC para o ensino médio. Resultado disso é a consolidação, em 2018, de uma proposta de BNCC diferente, em forma e conteúdo, das primeiras versões apresentadas, em 2014 e 2016. Para Silva e Alves Neto:

Percebe-se nesse processo uma forma de governança, em que essas agências do setor privado e financeiro monopolizam a forma e o conteúdo (Michetti, 2020), diminuindo as chances de



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

interferência por meio da participação dos professores da educação básica e do ensino superior da rede pública, que são convocados na fase final do processo para opinar via plataformas na internet, com pouco espaço para o debate em grupo de forma mais intensa e presencial (Silva e Alves Neto, 2020, p.274).

O contexto delineado após a deliberação da Lei no 13.415/2017, parece mais do que atualizar as dissonâncias e desigualdades de classe, materializadas no acesso ao ensino de nível médio, passando a condensá-los. Uma vez que, na perspectiva de Frigotto e Ramos (2017), a reforma do ensino médio – ou contrarreforma, como preferem:

cumprir um duplo objetivo: pela natureza pragmática e de adestramento precoce, fecha para os filhos da classe trabalhadora o acesso à universidade e ao trabalho complexo. Uma contrarreforma que condensa os retrocessos da reforma Capanema, da 5.692/1971, da ditadura empresarial militar de 1964 e do Decreto 2.208/97 dos tempos neoliberais. Mas a contrarreforma do ensino médio feita por medida autoritária dentro do Golpe de Estado, que rompe com o estado de direito e com a ordem democrática, consolida na prática as teses de cunho neofacista do ódio ao pensamento crítico do Movimento Escola sem Partido (Frigotto e Ramos, 2017, p. 44).

Ainda na percepção de Frigotto e Ramos (2017), é possível observar que, historicamente, no Brasil, golpes de Estado, bem como ditaduras, estiveram comprometidos em proteger os interesses do capital. Além disso, em menor ou maior profundidade, investiram na disputa pela hegemonia no campo das ideias e dos processos educativos. Por esses motivos, “ditaduras e golpes efetivam, concomitantemente, contrarreformas no plano econômico, político, educacional e cultural.” (Idem ibidem, p. 29).

Segundo as percepções de Peroni (2020), para além das já conhecidas frentes liberais, hoje, políticas e debates educacionais têm sido disputados por outras esferas dessa sociedade que desejam, igualmente cooptar cada vez mais para si funções que seriam do Estado ou do poder público. Essas novas forças sociais que, mais recentemente, têm entrado no jogo e na disputa dos projetos, conteúdos e currículos educacionais, são povoadas principalmente por discursos neoconservadores, que além do pânico moral, buscam, como enfatiza Behring (2020, p. 202), “instituir o individualismo possessivo, meritocrático, que vem aliado à precarização do trabalho e ao discurso do empreendedorismo.”

Este trabalho se propõe a situar a reforma do Novo Ensino Médio no contexto de aprofundamento das crises do sistema de capital, com o objetivo de firmar a compreensão de que as

IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

políticas educacionais se consolidam como ferramentas fundamentais para a efetivação dos pactos sociais almejados em cada tempo histórico.

No caso dos pactos sociais construídos sob a égide do neoliberalismo, da financeirização e das frequentes tentativas de punção dos recursos como o fundo público, as políticas educacionais se tornam ao mesmo tempo processo e produto do acirramento da luta de classes.

É urgente fortalecer os recentes debates públicos que têm defendido a revogação ou a efetiva revisão dessa reforma, a fim de que a escola, sobretudo a escola pública, possa, de fato, oferecer aos jovens o acesso ao conhecimento complexo, científico, capaz de contribuir significativamente para a formação cultural e intelectual da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Novo ensino médio. Políticas Educacionais. Crise do capitalismo. Neoliberalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, E. R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BENOIT, H. ANTUNES, J. **O problema da crise capitalista em O Capital de Marx**. Jundiaí, Paco Editorial, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – 3ª versão. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-deeducacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio> Acesso em: 20 de ago. de 2024.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a educação básica; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em 25 de ago. 2024.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

FRIGOTTO, G.; RAMOS, M. N. “Resistir é preciso, fazer não é preciso”: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. **Cadernos de Pesquisa em Educação** – PPGE/UFES. Vitória, v. 19, n. 46, p.26-47, jul./dez. 2017.



IV SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

23, 24 E 25/09

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. Uma ponte para o futuro. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

GRESPLAN, Jorge. Uma teoria para as crises. In: ARRUDA SAMPAIO JR., Plinio de (org.). **Capitalismo em crise: a natureza e a dinâmica da crise econômica mundial**. São Paulo: Editora do Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2009. p. 29-44.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PERONI, V. M. V. Relação público e privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 41.e. 241697, 2020.

PRADO, E. F. S. O problema da crise capitalista em O Capital de Marx. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, nº 47, p. 154-158, maio/2017.

SILVA, I. F.; ALVES NETO, H. F. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia. **Revista Espaço do Currículo (online)**. João Pessoa, v.13, n.2, p.262-284, maio/agos. 2020.

TONET, I. **Educação e concepções de sociedade**. Marília, dez.,1998.

